

Circular nº 290/2024

Brasília (DF), 16 de julho de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN.

Assunto: Complementa a circular n. 289/2024

Companheira(o)s,

Vimos por meio desta informar retificação na lista de presença: onde se lê 'Elder José Lanes' como representante da SESDUF-RR, leia-se 'Eduardo Gomes da Silva Filho'.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Francieli Rebelatto
Secretária-Geral

RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO DO GT MULTICAMPIA E FRONTEIRA REALIZADA EM BRASÍLIA NO DIA 16/06/2024

PRESENTES:

Diretoria – Ana Lúcia Silva Gomes (1ª VPR N1), César André Luiz Beras (1º VPR RS), Francieli Rebelatto (Secretária Geral), José Sávio da Costa Maia (2º VPR N1) e Nora de Cássia Gomes de Oliveira (1ª VPR NE III).

Seções Sindicais: Ana Cláudia Fernandes Nogueira (ADUA), Maria Aparecida de Carvalho (ADUFES), Márcia Umpierre (APROFURG), Fabiana da Costa Pereira (SEDUFMS), Eduardo Gomes da Silva Filho (SESDEF-RR), Andréia Moassab (SESUNILA), Ezequiel Belo (ADUFPA).

Relato da reunião

As nove horas e cinco minutos, sob a coordenação da professora Francieli Rebelatto, foi dado início à reunião, tendo sido concedida a palavra ao presidente do ANDES-SN, professor Gustavo Seferian, que fez uma saudação à instalação do GT, ressaltando a importância do mesmo para subsidiar as ações da diretoria nos assuntos da multicampia e fronteiras, em seguida a tesoureira do ANDES-SN, professora Jennifer Webb, também fez uma saudação de boas-vindas ao novo GT, passando a palavra à secretária geral do ANDES-SN, professora Francieli Rebelatto, que também é uma das coordenadoras do GT pela direção. Os trabalhos se iniciaram com as apresentações da(o)s participantes e com a apresentação dos informes (em anexo) e projeção de um vídeo produzido pela Regional Norte 1, que enfoca a programação do 43º Encontro da Regional, ocorrido 7 e 8 de junho, na cidade de Parintins, no Amazonas, sendo que o evento tinha a realidade da multicampia como um dos temas prioritários. Em seguida, foi concedida a palavra à professora Andréia Moassab, que fez a apresentação de um estudo realizado por ela sobre a quantidade e a distribuição das diversas universidades e institutos federais que praticam a multicampia e estão, ou não, localizados em áreas de fronteiras. Além de trazer um detalhamento das questões relacionadas à realidade da fronteira que afetam as condições de trabalhos dos (as) docentes dessas regiões. Após a apresentação foram realizadas diversas falas de toda(o)s a(o)s presentes, apontando as principais questões sobre a multicampia e a relação de funcionamento das instituições nas áreas de difícil fixação.

Os pontos mais levantados foram atinentes à questão de infraestrutura dos Campi, bem como a dificuldade de fixação de docentes, por conta das diferenças dos modais de transporte, do acesso à serviços básicos, a participação em grupos de pesquisa consolidados e, as dificuldades da(o)s aluna(o)s se manterem ativos nos cursos por completa carência de moradia estudantil, restaurante, bolsas, dentre outras. Sobre a ideia de pagamento do auxílio fronteira, que é pago a outras categorias do serviço público, foi debatido que não se trata de uma luta por criação de um “penduricalho”, mas o devido reconhecimento de que há diferenças gritantes no exercício de nossa profissão em diferentes territórios. Foram expressos outros pontos como a questão do bilinguismo, a legislação brasileira que impede o fluxo de professores (as) para atividades de ensino,

pesquisa e extensão em países vizinhos em situações que a fronteira limitrife se trata de uma região comum, dentre outros temas.

No período da tarde, sob a coordenação do professor César Beras, foi apresentado um vídeo produzido pela Regional Rio Grande do Sul, apontando as questões da multicampia naquele estado, seguido por uma fala da professora Márcia Umpierre e de debates que aprofundaram os entendimentos das pautas de multicampia e um melhor entendimento do significado de fronteira nos debates do GT. A coordenação do GT organizou um histórico das resoluções aprovadas em congressos e Conads anteriores com a temática. Em seguida, foram apontadas as tarefas e propostas de encaminhamentos que o GT deve encaminhar no próximo período.

Após o debate, foi apontada a necessidade de projetarmos alguns TR's que poderão ser apresentadas no próximo Conad, que ocorrerá em Belo Horizonte e, feitos os devidos apontamentos e acréscimos, foram consensuados os seguintes textos de resolução a serem apreciados pela diretoria que apresentará o texto:

1. Realizar o II Seminário *Multicampia e Fronteira*, no segundo semestre de 2024, em uma instituição multicampi.
2. Produzir materiais de comunicação (vídeos e *cards*) contemplando debates do GT de Multicampia e Fronteira.
3. Que a próxima edição da Revista Universidade e Sociedade trate do tema da Multicampia e Fronteira, a ser lançada no 43º Congresso do ANDES-SN.
4. Que o ANDES-SN, via GT, realize levantamento em nível nacional sobre as universidades e institutos federais na base do ANDES-SN que são multicampi e em regiões de fronteira, e como se dá essa distribuição da multicampia, além dos projetos de emancipação de campi do interior
5. Que as seções sindicais realizem pesquisas sobre as condições de trabalho da(o)s docentes da multicampia e das regiões de fronteira, a partir de um formulário comum orientado pelo GT, considerando:
 - 5.1. Dados sobre as condições de trabalho e a relação com a cidade/território local.
 - 5.2. Dados sobre a organização sindical na multicampia
6. Reafirmar a luta em defesa dos direitos da(o)s docentes e técnicos de receber adicionais de indenização educacional de fronteira e de localidade de difícil fixação, articulando essa luta com a FASUBRA e o SINASEFE, entre outras questões relacionadas à temática.

INFORMES DAS SEÇÕES:

ADUA – Informe enviado por Ana Lúcia:

1. A ADUA tem um GT Multicampia – Coordenadora Celia;
2. Desafios da relação multicampia e dificuldade de enraizamento das seções com a organização sindical;
3. Trabalho docente precarizado; falta de estrutura; alguns campi funcionando em prédios alugados (IFAM);
4. Desafio de autonomia administrativa, didático-científica, orçamentária e patrimonial das unidades do interior;
5. Na UEA, a administração superior e as empresas seduzem os docentes com projeto de bolsas ou permitem que estas empresas financiem pesquisas dentro dos espaços da universidade, que dão prioridades a propostas que geralmente gerem patentes (UEA);

6. Estrutura física precária com ausência de biblioteca, de segurança, de apoio técnico, principalmente no período noturno;
7. Esvaziamento de cursos por parte de discentes (não aderência); curva de ingresso nas universidades privadas ascendente em relação as públicas;
8. Problema de fixação de corpo técnico, docente e discente – falta de pertencimento com a instituição;
9. Pensamento colonialista na relação capital – interior;
10. Discutir os custos amazônico do aluno de cursos na capital e o custo do aluno no interior;
11. Nas universidades fabricam-se formas de exclusão e de despolitização de estudantes, TAEs e docentes;
12. Dificuldade em participar de eventos fora da região em função dos custos elevados;
13. Luta pela implementação do auxílio localidade;
14. Luta pelo auxílio periculosidade para áreas de fronteira (principalmente onde tem treinamento do exército);
15. Realização de Audiências para consulta de cursos nas unidades do interior (saber as demandas das comunidades locais). Necessidade de uma avaliação sobre os avanços e retrocessos do Reuni;
16. Fortalecer o grupo de trabalho Multicampia e Fronteira; formar onde não tem GT local; participar das reuniões; articular as seções que estão desarticuladas;
17. Garantir atendimento jurídico presencial nos campi;
18. Apesar de ter reuniões virtuais, a presencialidade é um desafio; desafio de garantir representatividade nos campi;
19. Necessidade de organização do currículo pedagógico-científico, voltado à pluralidade da multicampia e da fronteira; em algumas regiões tem forte presença indígena, e de pessoas de outros países; falando, inclusive, mais de uma língua: Espanhol, Língua Portuguesa, Língua das Etnias.

Complemento enviado por Ana Claudia (Adua):

- 1- Realização do Encontro Regional Norte 1 na cidade de Parintins.
- 2- Realização de assembleias gerais descentralizadas no dia 17/06/2024.
- 3- Realização pela ADUA de pesquisa sobre as condições do trabalho docente na UFAM.
- 4- Criação do Campus de São Gabriel da Cachoeira pelo governo federal.
- 5- Atuação da ADUA no processo de reforma do Estatuto da UFAM.
- 6- Processo de debate sobre reforma do regimento da ADUA.
- 7- Submissão ao CONAD sobre apreciação quanto a ADUA sediar o CONAD 2025 em Manaus.

Pontos levantados pela representação do GT Multicampia e Fronteira da ADUA, problemas recorrentes na multicampia da UFAM:

- 1- Remoções para a sede em razão de doenças (Manaus) de docentes ou dependentes, sem a garantia de devolução do código de vaga.
- 2- Remoções judiciais (para outras universidades) em razão de doenças de docentes ou dependentes, sem a garantia de devolução do código de vaga.
- 3- Processo de colonialidade do saber por grupos docentes na sede em Manaus que consideram os/as docentes lotados/as nos campi do interior como professores de segunda classe.

4- Custo Amazônia.

Questões produzidas pela multicampia da UFAM:

- 1- Melhoria no IDH dos municípios onde os campi estão instalados.
- 2- Condições de acesso ao ensino superior a grupos sociais que não teriam condições de bancar os estudos em Manaus.
- 3- Presença da universidade em determinados espaços, como única presença do Estado brasileiro.

Questões para reflexão sobre a multicampia na UFAM:

- 1- Centralização dos campi da UFAM no nordeste, noroeste e sul amazonense.

Principal pauta mobilizadora da multicampia da UFAM;

- 1- Condições precárias do trabalho docente.
- 2- Não conclusão do projeto REUNI com a instalação completa da infraestrutura prevista na maioria dos campi.
- 3- Pagamento de indenização de fronteira e de localidade de difícil fixação (nome dado pela emenda 1203/2023 (mas vedada pelo Lula) a Lei 12.855/2013 que institui indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

INFORMES DA SESUNILA:

Tendo em vista que desde 2016 a SESUNILA, a partir de sua base, vem debatendo as questões trabalhistas de fronteira e todo o acúmulo desta trajetória, que temos compartilhado com o ANDES desde o congresso de 2019 em Belém, analisando o parecer da AJN, por nós solicitados via reunião do Setor das Federais, e demais atividades realizadas, gostaríamos de propor ao GT Multicampia e Fronteira do ANDES-SN, as diligências necessárias junto ao Congresso Nacional para resolver o seguinte:

1) ADICIONAL FRONTEIRA

A lei 8.112/90 estipula o adicional de zona de fronteira com a necessidade de normatização em regulamento. Ressalta-se que as decisões dos tribunais superiores, mormente STF e STJ, são no sentido de negarem o adicional de fronteira/penosidade com o fundamento de que não há a norma que o regula. Teria que ser sanado o vácuo legislativo/normativo.

A emenda n.1 ao PL 1213/2024 sobre Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Dificil Fixação (proposta por Davi Alcolumbre) aparentemente foi formada uma comissão para estudar as emendas – embora informações do senado apontem que a lei foi aprovada sem a emenda (Lei nº 14.875 de 31/05/2024) – ponto a esclarecer e seguir negociando/pressionando.

2) AFASTAMENTO EXTERIOR

Alterar Decreto 1.387/95 (trata de afastamentos de servidores civis federais):

Modificação do decreto para trazer ressalvas para as universidades de fronteira nesse ponto de afastamento.

Alterar Decreto 91.800/85 (sobre viagens ao exterior): Ressalta-se que o art. 6º deste decreto prescreve situação em que a autorização para afastamento é dispensada. Poder-se-ia usar mecanismo similar para o caso dos servidores de fronteira.

O art. 16 do decreto determina a apresentação de relatórios. Uma ressalva para os servidores de universidade de fronteira pode resolver a situação.

O art. 17 tem situações em que o decreto não se aplica. Adicionando-se o inciso VI com a determinação de o decreto não se aplicar aos servidores de universidades de fronteira é uma possível solução.

3) BILINGUISMO

Regulamentar a Lei 12.189/2010 (criação da Unila). A lei de criação da Unila dispõe sobre os processos seletivos bilíngues no art. 14. A regulamentação do bilinguismo pode ser via decreto, normatizando aquele artigo (para o caso específico da UNILA).

Criar leis específicas para as universidades de fronteira - A solução passa pela via política, com edição de lei específica sobre o tema, criando ressalvas nas normas existentes, para que as universidades de fronteira possam ter documentos em outros idiomas, como a Unila que necessita do espanhol, mas também o francês e o inglês, como é o caso da Fronteira Norte do país.

Não se conhece discussão acerca de adicional de bilinguismo, embora na prática se conheça professores bilíngues, mas que não recebem adicional por isso. A solução é pela via política, haja vista que nem a previsão de adicional de fronteira na lei 8.112/90 foi regulamentada, ressaltando poucos servidores, como da segurança pública e da receita. Portanto, seria via lei e decreto regulamentadores.

4) CONTRATAÇÃO DE DOCENTES ESTRANGEIROS/AS

Hoje em dia não é possível contratar docentes estrangeiros/as sem a validação do diploma no Brasil, ou seja, ela restringe a contratação para apenas residentes já moradores/as no país, o que não é o caso da previsão de universidade internacional constante da lei de criação da UNILA. É preciso poder contratar sem a validação do diploma, dando um prazo alargado para o/a docente providenciar a regularização.

5) ESTÁGIO NO EXTERIOR

Lei do estágio (L11.788/2008) Nenhuma da lei é vedada a creditação de estágios feitos no exterior. A única disposição dessa lei que prescreve acerca do tema acima é o art. 4º. O art. 4º da lei do estágio tem uma abertura para se pensar na demanda contida neste item 5. Pensando simetricamente, o estágio realizado fora do país poderia ser aceito aqui. A solução é política, através de regulamentação por lei ou decreto.

6) COMPRAR LIVROS ESTRANGEIROS

Legislação correlata: leis 8.032/90, 8.010/90, decreto 6.759/2009.

Solução via modificação legislativa e do decreto para desburocratização. Ademais, pode-se pensar em simplificação dos procedimentos que a Receita determina, haja vista a natureza específica das universidades de fronteira.

Finalmente, como informe, gostaríamos de comunicar que a Reitoria da UNILA tem tido um protagonismo no debate sobre Fronteira na ANDIFES, tendo elaborado um mapa com todas as universidades públicas e campi situadas até 150 km da linha de fronteira (ver aqui <https://divulga.unila.edu.br/umapas/?map=mapa-das-universidades-de-fronteira>). Ainda, a reitoria nos relatou que a entidade quer aprovar no Congresso Federal a Rede de Universidades de Fronteira, tendo em vista aprovar políticas e defender as especificidades destas instituições. Assim, gostaríamos de propor que o GT indicasse ao ANDES-SN: 6). Articular com a ANDIFES a participação do sindicato docente na Rede, em especial para garantir que as questões trabalhistas sejam ali acolhidas.

Em anexo:

- 1) Slides apresentados pela SESUNILA no Seminário ANDES-SN Fronteira e Multicampia realizado em dezembro 2022;
- 2) Parecer da Assessoria Jurídica Nacional para as questões apontadas pela SESUNILA.

INFORMES DA APROFURG

O GT Multicampia e Fronteira da APROFURG foi criado no dia 19 de março de 2024, com participação de todos os campi da FURG e do IFRS-Campus Rio Grande, nesse encontro apresentamos um histórico da discussão para a criação do GT no ANDES-SN. Entramos em greve no dia 08/04, e as ações da greve acabaram se sobrepondo às ações do GT de forma específica, mas durante a preparação para a greve, bem como durante a greve, foram realizadas ações em todos os campi, e antes da enchente, no dia 30/04/2024, realizamos uma ação muito importante no campus de Santa Vitória do Palmar, na qual levamos professores, técnicos e estudantes de todos os outros campi para lá, para conhecer a realidade e discutir a situação da multicampia e no caso do Campus Santa Vitória do Palmar ainda temos a questão da fronteira, uma vez que está localizado a 20 KM do Uruguai (Chuí). As ações que seriam feitas no Campus São Lourenço do Sul e no Campus Santo Antônio da Patrulha infelizmente não foram realizadas. Mas durante todo esse tempo o Comando Local de Greve da APROFURG direcionou esforços e recursos financeiros para as ações de solidariedade, atendendo as demandas de todos os campi.

Está sendo desenvolvido um instrumento de coleta de dados, para compreender como estão as condições de trabalho e sobre a permanência dos mesmos nos municípios onde os campi estão localizados.

INFORME DA ADUFS:

INFORMES AO GT MULTICAMPIA E FRONTEIRA - SEÇÃO SINDICAL - ADUFES
Maria Aparecida de Carvalho - Universidade Federal do Espírito Santo – Seção sindical:
ADUFES.

- GT Multicampia e Fronteira foi criado na seção, mas ainda não teve atividade.

- A Ufes tem sua sede principal em Vitória, capital do ES, no campus de Goiabeiras. No mesmo município, encontra-se o campus de Maruípe. Outros dois campi estão localizados no norte e no sul do ES, respectivamente, nos municípios de São Mateus e de Alegre, a cerca de 200 km da sede.

- O histórico dos campi de São Mateus e Alegre está alinhado com a expansão do REUNI (<https://ceunes.ufes.br/historico> e <https://alegre.ufes.br/historia>) e suas existências têm relação com o agronegócio e com a exploração do petróleo.

- O campus de Alegre tem problemas estruturais quanto a número de laboratórios, número de salas de aula, fixação de docentes e técnicos, sofre atualmente com o esvaziamento dos seus cursos a partir da expansão do ensino superior privado com cursos sendo oferecidos a R\$50,00, muito em virtude de não haver moradia estudantil e a assistência estudantil não atender a todos aqueles que necessitam. Os cursos noturnos, advindos do REUNI, atendem principalmente estudantes trabalhadores e estagiários, moradores ou não da cidade. A cidade não tem estrutura de transporte, com alguns poucos horários na única companhia que a atende. A cidade se organiza a partir de distritos, com distâncias entre 10 a 30 km da região central, onde se localiza a estrutura principal da universidade. Ao seu redor estão outros municípios, onde também são realizadas atividades dos cursos, como estágios, visto que a estrutura central da cidade não comporta todos os estudantes e cursos. O hospital veterinário e a Fazenda Experimental se localizam em um distrito a cerca de 20 a 30 km. Há um departamento que funciona no município de Jerônimo Monteiro. Não há transporte suficiente para os estudantes se moverem para estes locais, bem como para os municípios vizinhos. Assim, os estudantes ficam expostos a todas as situações de perigos e assédio devido a caronas. A área que o campus ocupa no centro da cidade é pequeno, havendo dificuldades para crescimento.

- O campus de São Mateus está localizado na BR, afastada do centro da cidade, tem uma estrutura de transporte razoável em períodos normais. Há riscos relativos ao fato da sua localização ser na BR e haver cursos noturnos. Este campus ocupa uma área razoável, havendo possibilidades ainda para crescimento. O campus tem um alojamento para os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo.

- Organização da categoria e movimento sindical - Em Alegre, no campus há uma sala pequena alugada para o sindicato, ficando sob responsabilidade de um(a) estagiário(a) na área jurídica e de integrante da diretoria (nas últimas gestões). Há dificuldades para o movimento sindical, havendo poucos docentes que se envolvem de fato. A maioria dos docentes é originária de outros estados. Em São Mateus não há um espaço físico reservado ao sindicato e as características dos docentes são semelhantes. Devido a questões burocráticas, ainda não são realizadas assembleias simultâneas, mas serão realizadas a partir da resolução destas questões. Até o momento, são disponibilizados custeio de transporte, diárias e hospedagem para os docentes do interior que queiram participar das assembleias e atividades na sede. São realizadas algumas atividades nos campi com presença de membros da diretoria (e de membros do comando de greve, neste contexto), atendimento jurídico e membros dos GTs.

- Contexto de greve: Os dois campi são os que mais tiveram adesão à greve. Somos uma das ADs que mais têm sofrido com a criminalização da greve, muito pelo fato de docentes, diretoria do DCE e reitoria estarem alinhados e por serem filiados ao PT e não concordarem com a greve neste governo. Inclusive, nos dias 07, 08 e 09 de junho aconteceu o Congresso dos Estudantes (CONEUFES) com presença de parlamentares do PT. Na última semana, tivemos atividades do GT Carreira em Alegre e em Vitória com participação de Luiz Henrique Schuch, além de assembleia e outras atividades também com sua participação. As principais atividades de greve acontecem em Vitória. A universidade não aprovou a suspensão do calendário, nem nenhuma normativa que assegure o direito aos estudantes de reposição de aulas.